

Reunião de emergência acelera acordo com credor

Nova Iorque — Uma reunião de emergência no fim de semana para a aceleração de um acordo entre Brasil e bancos, uma redução no "spread" no acordo de médio prazo e pagamento do Brasil de juros aos bancos até o final de março foram as novidades do último dia da visita do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, aos Estados Unidos, num dia marcado por encontros importantes em Nova Iorque.

O ponto principal do dia foi o almoço no hotel Intercontinental, que reuniu além do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, por parte do Brasil os sete presidentes dos sete maiores bancos americanos. Estavam presentes o presidente do Citibank, John Reed, do Chase Manhattan Bank, Thomas Labreque, do Bankamerica, Robert Fritsch, do Morgan Guaranty Trust, Preston Lewis, do Chemical Bank, Thomas Johnson, do Banker's Trust, Charles Sanford e do Manufacturer's Hannover, John McGillicuddy. Mailson destacou os pontos do encontro assim como fez um apanhado de sua visita em coletiva na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque.

Urgência

"Foi um passo importante a reunião com os presidentes dos bancos. Há muito não se reunia numa mesa pessoas desta importância. Todos manifestaram o desejo de apoiar o Brasil. Agora foi acertado que precisa-se trabalhar em caráter de urgência para o fechamento do acordo. Basicamente dois pontos ainda estão em aberto que são o montante e o "spread" (a taxa de risco). Queremos pagar menos de 14/16 acima da "libor" como "spread". Tendo acordo nestes dois pontos poderemos então pagar o que resta dos juros de janeiro, cerca de US\$ 580 milhões, mais fevereiro, que são cerca de US\$ 200 milhões, em março. Mas para o segundo trimestre necessitaremos de um empréstimo ponte dos bancos para que não se comprometa as reservas brasileiras", disse Mailson à imprensa com grande afluência da imprensa internacional. Antes da coletiva o ministro da Fazenda já tinha dado uma entrevista no hotel à tevê americana.

Perguntado se mesmo tendo que fazer desembolsos da ordem de US\$ 500 milhões para pagamento do FMI, de US\$ 700 milhões para o Banco Mundial e mais cerca de

US\$ 7,5 bilhões para os bancos, mesmo com um acerto em torno do montante ao redor de US\$ 6 bilhões seria um acordo nas contas externas vantajoso para o Brasil, Mailson, respondeu afirmativamente.

"Tudo visa a uma normalização na comunidade financeira internacional de nossas contas. Agora tem que ser preservada as nossas reservas. Este é o preço para que termine a incerteza externa sobre o Brasil. Isso vai aumentar o volume de comércio. Reaparece as linhas voluntárias para comércio e teremos efeitos colaterais positivos como o restabelecimento do clima de confiança que é bom para o Brasil e seus parceiros. Eventualmente, vamos ter um aumento por parte do Brasil de importações com o saldo da balança comercial e isso será bom para o nosso desenvolvimento econômico. Por enquanto parte do nosso saldo será pagar compromissos externos, mas há uma normalização da nossa conta externa e isso é positivo, continuou o ministro.

Reações positivas

As reações aos contatos do ministro da Fazenda em Nova Iorque foram positivas em sua unanimidade. "Finalmente temos alguém no Ministério da Fazenda que está trabalhando com sensatez sobre os problemas econômicos do País. O Brasil está de parabéns", foi a declaração do vice-presidente do Citibank, George Clark, chefe do coordenador da dívida William Rhodes, feita pessoalmente ao ministro da Fazenda. "E ar fresco na economia mundial. Ele vai colocar ordem na confusão econômica brasileira", disse um representante do Chase Manhattan ao sair do Conselho das Américas pela manhã onde Mailson da Nóbrega fez um discurso sobre a economia brasileira. E até o presidente do Citibank, John Reed, não poupou elogios: "Agora estou otimista". William Rhodes, chefe do comitê credor da dívida convocou para este fim de semana uma reunião de emergência do comitê com banqueiros europeus confirmando durante a tarde que estavam voando para Nova Iorque para apressar os entendimentos.

"Estamos tendo progressos e deveremos ter encontros durante o fim de semana. Tenho esperança que o Governo brasileiro pague nos próximos dias. Estamos confiantes, disse Rhodes à agência

Globo durante o intervalo do encontro no Hotel Intercontinental.

A agenda do ministro foi apertada num dia de trabalho que começou com um café da manhã com o presidente do Federal Reserve, Banco Central Americano, de Nova Iorque que é a base do FED em Washington em termos de caixa. A reunião com Corrigan foi seguida da palestra para 104 convidados no Conselho das Américas, que foi muito aplaudida pelos presentes. Do lado brasileiro além do ministro da Fazenda, estavam presentes o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, do diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua, Seixas, do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, e do diretor de Operações Internacionais do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva. Após a palestra no Conselho, houve o almoço com os presidentes dos bancos e em seguida encontros reservados com o representante do Manufacturer's Hannover no comitê credor, John Landers e com o líder do comitê, Rhodes acompanhado dos vices Leighton Coleman do Morgan e Mike Hunter, do Lloyd's de Londres.

Moratória

A visita do ministro terminou exatamente no dia que completa um ano da moratória brasileira decretada em 20 de fevereiro do ano passado pelo presidente José Sarney. Depois de um ano Mailson da Nóbrega está em Nova Iorque, tentando consertar o ato do seu antecessor. Ele resumiu sua viagem aos Estados Unidos.

— Eu resumiria dizendo que foi uma oportunidade para dizer de viva voz a pessoas importantes nos EUA o que tenho dito frequentemente sobre a normalização do Brasil na comunidade financeira internacional. Não estamos satisfeitos com os investimentos atuais. Queremos mais investimentos. E no mundo de hoje é muito importante o contato pessoal. A viagem teve aspectos muito positivos que foi a ida ao FMI e ao Banco Mundial e deve haver um desenvolvimento nas negociações com os bancos. Houve uma melhoria do clima. Quanto aos ajustes econômicos internos não acredito que seja justo que seja em cima de salários. O ajuste deverá acontecer no setor público.